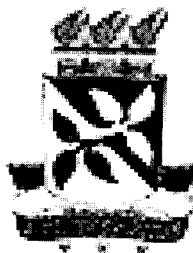
	Tipo do Documento	Código do documento	
	Laudo Técnico Individual – Luís Fernando Pita Gondim	Laudo julho/2016	
	Título do Documento	Revisão	Folha
	Hospital de Medicina Veterinária	01	i/18



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

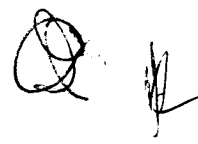
LAUDO TÉCNICO INDIVIDUAL

LUIS FERNANDO PITA GONDIM
HOSPITAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

Laudo Julho/2016

Revisão 01

- **INSALUBRIDADE**
- **PERICULOSIDADE**
- **RADIAÇÃO IONIZANTE, GRATIFICAÇÃO DE TRABALHOS COM RAIOS-X OU SUBSTÂNCIAS RADIOATIVAS**





Tipo do Documento

Laudo Técnico Individual – Luís Fernando Pita Gondim

Código do documento

Laudo julho/2016

Título do Documento

Hospital de Medicina Veterinária

Revisão

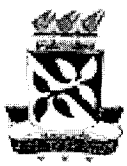
01

Folha

ii/18

CONTROLE DAS REVISÕES

Rev. Nº	Descrição Sumária	Responsável	Assinatura	Data
00	Emissão inicial para aprovação	Eng. Ana Lúcia P. de C. Ribeiro		10/05/2016
		Eng. Cláudia M. do N. Mota Coimbra		
01	Revisão	Eng. Ana Lúcia P. de C. Ribeiro		04/07/2016
		Eng. Cláudia M. do N. Mota Coimbra		
Área SMURB/UFBA	Elaboração : Ana Lúcia P. de C. Ribeiro Cláudia M ^a do N. Mota Coimbra			

	Tipo do Documento Laudo Técnico Individual – Luís Fernando Pita Gondim	Código do documento Laudo julho/2016	
	Título do Documento Hospital de Medicina Veterinária	Revisão 01	Folha iii/18

REQUISITANTE: Superintendência de Pessoal — SPE da UFBA

EXECUTANTE: Serviço Médico Universitário Rubens Brasil – SMURB

ASSUNTO: Avaliação técnica para identificação de possíveis agentes de riscos ambientais insalubres, perigosos, de radiação ionizante, gratificação de trabalhos com raios-x ou substâncias radioativas.

DADOS DO SERVIDOR/ UNIDADE AVALIADA

NOME: Luís Fernando Pita Gondim

CARGO/FUNÇÃO: Chefe do Laboratório de Análises Clínicas/Docente

ÓRGÃO/UNIDADE: Educação Superior – Graduação e Pós-Graduação

CNPJ: 15.180.714/0001-04

GRAU DE RISCO: 2 (dois)

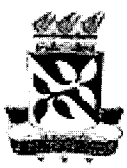
CNAE: 8532-5

ATIVIDADES: Educação Superior – Graduação e Pós-graduação.

ENDEREÇO: Rua Ademar de Barros, nº 500, Ondina.
CEP: 40170-110, Salvador-Bahia

DATA DA AVALIAÇÃO: 25/03/2015 e 09/05/2016



	Tipo do Documento Laudo Técnico Individual – Luís Fernando Pita Gondim	Código do documento Laudo julho/2016	
	Título do Documento Hospital de Medicina Veterinária	Revisão 01	Folha iv/18

SUMÁRIO

I – OBJETIVO	5
II – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	5
III – DEFINIÇÕES	6
1. Atividades e Operações Insalubres	6
2. Riscos Ambientais	6
2.1. Agentes Físicos	7
2.2. Agentes Químicos	7
2.3. Agentes Biológicos.....	7
3. Tempo de Exposição	7
4. Atividades e Operações Perigosas	8
5. Equipamento de Proteção Individual – EPI	8
6. Equipamento de Proteção Coletiva – EPC.....	9
6.1. Extintores de Incêndio.....	9
6.2. Sinalização de Segurança	9
IV – PAGAMENTO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS	10
V – SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS	11
VI – RESPONSABILIDADES.....	11
VII – METODOLOGIA USADA NA AVALIAÇÃO	12
VIII – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	13
LAUDO	15
Laboratório de Análises Clínicas	16
Laboratório de diagnóstico das Parasitoses dos Animais/ Laboratório de Análises Clínicas/ Escola de Medicina Veterinária- Laboratório Multiuso 3 ..	17
Laboratório de Cultivo Celular.....	18



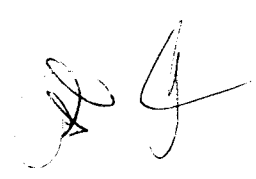
	Tipo do Documento	Código do documento	
	Laudo Técnico Individual – Luís Fernando Pita Gondim	Laudo julho/2016	
	Título do Documento	Revisão	Folha
	Hospital de Medicina Veterinária	01	5/18

I – OBJETIVO

Este Laudo Técnico individual tem por objetivo caracterizar as possíveis condições insalubres e perigosas na atividade do servidor Luís Fernando Pita Gondim, do Hospital de Medicina Veterinária, para avaliação de concessão dos adicionais de insalubridade, periculosidade e gratificação por trabalhos com raios-X ou substâncias radioativas.

II – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990 – Cap. II. Seção II. Subseção IV - Dos Adicionais de Insalubridade, Periculosidade ou Atividades Penosas - Art. 68 a 72;
- Lei nº 8.270 de 19 de dezembro de 1991 – Art.12, Incisos I e II e seus Parágrafos;
- Orientação Normativa nº 06 de 18 de março de 2013, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabelece Orientação sobre a concessão dos adicionais de insalubridade, periculosidade, irradiação ionizante e gratificação por trabalhos com Raios-X ou substâncias radioativas, e dá outras providências;
- Lei nº 6.514/77 que introduz alterações no Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, relativo à Segurança e Medicina do Trabalho;
- Portaria Ministerial nº 3.214/78, que regulamenta a Lei nº 6.514/77, instituindo as Normas Regulamentadoras – NR's;
- Norma Regulamentadora nº 06 - Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
- Norma Regulamentadora nº 15 – Atividades e Operações Insalubres;
- Norma Regulamentadora nº 16 – Atividades e Operações Perigosas;
- Norma Regulamentadora nº 17 – Ergonomia;
- Norma Regulamentadora nº 23 – Proteção contra incêndios;
- Lei nº 12.740, de 08 de dezembro de 2012, define os critérios para caracterização das atividades ou operações perigosas;



	Tipo do Documento		Código do documento	
	Laudo Técnico Individual – Luís Fernando Pita Gondim		Laudo julho/2016	
	Título do Documento		Revisão	Folha
	Hospital de Medicina Veterinária		01	6/18

- Decreto nº 877, de 20 de julho de 1993 - Regulamenta a concessão do adicional de irradiação ionizante de que trata o § 1º do art. 12da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991;
- Portaria nº 453, de 01 de junho de 1998 - MS/SVS - Aprova o Regulamento Técnico que estabelece as diretrizes básicas de proteção radiológica em radiodiagnóstico médico e odontológico, dispõe sobre o uso dos raios-x diagnósticos em todo território nacional e dá outras providências.
- CNEN-NN-3.01, Março/2014 – “Diretrizes básicas de proteção radiológica”.
- E demais normas, leis, decretos ou similares, quando necessário.

III – DEFINIÇÕES

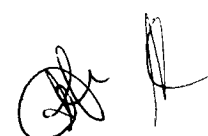
1. Atividades e Operações Insalubres

O Art. 189 da CLT define:

Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza e condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados, em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

2. Riscos Ambientais

Consideram-se riscos ambientais os agentes físicos, químicos e biológicos existentes nos ambientes de trabalho que, em função da sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição, são capazes de causar danos à saúde do trabalhador (item 9.1.5 da Norma Regulamentadora – NR-9).



	Tipo do Documento	Código do documento	
	Laudo Técnico Individual – Luís Fernando Pita Gondim	Laudo julho/2016	
	Título do Documento	Revisão	Folha
	Hospital de Medicina Veterinária	01	7/18

2.1. Agentes Físicos

Consideram-se agentes físicos as diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como: ruído, vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas, radiações ionizantes, radiações não-ionizante, bem como o infra-som e o ultra-som (item 9.1.5.1 da NR-9).

2.2. Agentes Químicos

Consideram-se agentes químicos as substâncias, os compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória, nas formas de poeiras, fumos, névoas, neblinas gases ou vapores, ou que, pela natureza da atividade de exposição possam ter contato ou ser absorvido pelo organismo através da pele ou por ingestão (item 9.1.5.2 da NR-9).

2.3. Agentes Biológicos

Consideram-se agentes biológicos as bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, vírus entre outros (item 9.1.5.3 da NR-9).

3. Tempo de Exposição

Conforme o Art. 9º da Orientação Normativa nº 6/2013:

I - exposição eventual ou esporádica: aquela em que o servidor se submete a circunstâncias ou condições insalubres ou perigosas, como atribuição legal do seu cargo, por tempo inferior à metade da jornada de trabalho mensal;

II - exposição habitual: aquela em que o servidor submete-se a circunstâncias ou condições insalubres ou perigosas como atribuição legal do seu cargo por tempo igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal; e



	Tipo do Documento Laudo Técnico Individual – Luís Fernando Pita Gondim	Código do documento Laudo julho/2016	
	Título do Documento Hospital de Medicina Veterinária	Revisão 01	Folha 8/18

III - exposição permanente: aquela que é constante, durante toda a jornada laboral e prescrita como principal atividade do servidor;

4. Atividades e Operações Perigosas

São consideradas atividades e operações perigosas aquelas que por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis, explosivos, radiações ionizantes e eletricidade.

A NR-16 estabelece os critérios para a sua concessão de acordo com os seus Anexos:

Anexo 1: Atividades e Operações Perigosas com Explosivos;

Anexo 2: Atividades e Operações Perigosas com Inflamáveis;

Anexo 3: Atividades e Operações Perigosas com Radiações Ionizantes ou Substâncias Radioativas.

O Decreto 93.412/86 estabelece critérios para a concessão do adicional para energia elétrica de acordo com seu anexo:

Anexo: Quadro de atividades / Área de risco.

5. Equipamento de Proteção Individual – EPI

EPI é todo dispositivo de uso individual, destinado a proteger a saúde e a integridade física do trabalhador. Deve ser fornecido gratuitamente ao servidor, de acordo com o risco a que está submetido e, em perfeito estado de conservação e funcionamento (NR-6). É responsabilidade das chefias orientarem o servidor para o porte adequado do EPI e cobrar o seu uso.



	Tipo do Documento		Código do documento	
	Laudo Técnico Individual – Luís Fernando Pita Gondim		Laudo julho/2016	
	Título do Documento		Revisão	Folha
	Hospital de Medicina Veterinária		01	9/18

6. Equipamento de Proteção Coletiva – EPC

EPC é todo dispositivo destinado a proteger à saúde e a integridade física de uma coletividade de trabalhadores expostos a um determinado risco, tais como: enclausuramento acústico de uma fonte de ruído, proteção de partes móveis de máquinas e equipamentos, sinalização de segurança, uso de extintores de incêndio, entre outros.

6.1. Extintores de Incêndio

Todos os estabelecimentos deverão, obrigatoriamente, ser providos de extintores portáteis de incêndio, a fim de combater o fogo no seu início. Tais aparelhos devem ser apropriados à classe do fogo a extinguir. Deve ser observada a recomendação constante na NR-23.

Extintores de Incêndio: Todos os estabelecimentos deverão, obrigatoriamente, ser providos de extintores portáteis de incêndio, a fim de combater o fogo no seu início. Tais aparelhos devem ser apropriados à classe do fogo a extinguir. Cabe a UNIDADE:

1. Adquirir extintores de incêndio apropriados à classe de incêndio a ser extinta, buscando suprir as atuais necessidades junto aos diversos ambientes de trabalho.
2. Recarregar e inspecionar os extintores existentes e redistribuí-los conforme a necessidade de cada local face à classe de incêndio a ser extinta.
3. Implantar Plano de Emergência nas Instalações da Unidade.

6.2. Sinalização de Segurança

Todos os estabelecimentos deverão, obrigatoriamente, dispor de sinalização de segurança, com os objetivos de advertir o trabalhador contra riscos de

[Handwritten signature]

	Tipo do Documento		Código do documento	
	Laudo Técnico Individual – Luís Fernando Pita Gondim		Laudo julho/2016	
	Título do Documento		Revisão	Folha
	Hospital de Medicina Veterinária		01	10/18

acidentes, identificar equipamentos de segurança e delimitar áreas e tubulações industriais, por meio de cores.

IV – PAGAMENTO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS

Conforme determina a Orientação Normativa nº06/2013:

[...]

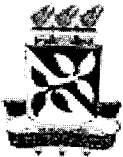
Art. 10. A caracterização e a justificativa para concessão de adicionais de insalubridade e periculosidade aos servidores da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando houver exposição permanente ou habitual a agentes físicos, químicos ou biológicos, dar-se-ão por meio de laudo técnico elaborado com base nos limites de tolerância mensurados nos termos das Normas Regulamentadoras nº 15 e nº 16, aprovadas pela Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego nº 3.214, de 08 de junho de 1978.

[...]

Art. 13. A execução do pagamento dos adicionais de periculosidade e de insalubridade somente será processada à vista de portaria de localização ou de exercício do servidor e de portaria de concessão do adicional, bem assim de laudo técnico, cabendo à autoridade pagadora conferir a exatidão dos documentos antes de autorizar o pagamento.

Parágrafo único. Para fins de pagamento do adicional, será observada a data da portaria de localização, concessão, redução ou cancelamento, para ambientes já periciados e declarados insalubres e/ou perigosos, que deverão ser publicadas em boletim de pessoal ou de serviço.



	Tipo do Documento	Código do documento	
	Laudo Técnico Individual – Luís Fernando Pita Gondim	Laudo julho/2016	
	Título do Documento	Revisão	Folha
	Hospital de Medicina Veterinária	01	11/18

V – SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS

Conforme determina o Art. 68, § 2º da Lei nº 8.112/90:

[...]

O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão.

Conforme determina a Orientação Normativa nº6/2013:

[...]

Art. 14. O pagamento dos adicionais e da gratificação de que trata esta Orientação Normativa será suspenso quando cessar o risco ou quando o servidor for afastado do local ou da atividade que deu origem à concessão.

Conforme determina a NR 15, item 15.4:

[...]

15.4. A eliminação ou neutralização da insalubridade determinará a cessação do pagamento do adicional respectivo.

15.4.1. A eliminação ou neutralização da insalubridade deverá ocorrer:

- a) com a adoção de medidas de ordem geral que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância;
- b) com a utilização de equipamento de proteção individual.

VI – RESPONSABILIDADES

Conforme determina a Orientação Normativa nº6/2013:

[...]

[Handwritten signature]

	Tipo do Documento	Código do documento	
	Laudo Técnico Individual – Luís Fernando Pita Gondim	Laudo julho/2016	
	Título do Documento	Revisão	Folha
	Hospital de Medicina Veterinária	01	12/18

Art. 15. Cabe à unidade de recursos humanos do órgão ou da entidade realizar a atualização permanente dos servidores que fazem jus aos adicionais no respectivo módulo do SIAPENet, conforme movimentação de pessoal, sendo, também, de sua responsabilidade, proceder a suspensão do pagamento, mediante comunicação oficial ao servidor interessado.

Art. 16. É responsabilidade do gestor da unidade administrativa informar à área de recursos humanos quando houver alteração dos riscos, que providenciará a adequação do valor do adicional, mediante elaboração de novo laudo.

Art. 17. Respondem nas esferas administrativa, civil e penal, os peritos e dirigentes que concederem ou autorizarem o pagamento dos adicionais em desacordo com a legislação vigente.

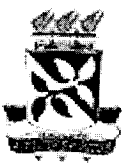
VII – METODOLOGIA USADA NA AVALIAÇÃO

Este Laudo de Avaliação Ambiental baseou-se na avaliação qualitativa dos riscos físicos, químicos e biológicos presentes ou não nos ambientes avaliadas. O método de avaliação qualitativo, ou seja, em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho, está fundamentado nos anexos 13 e 14 da NR-15 e anexos 1, 2 e 3 da NR-16, sendo necessário nos casos de presença de agentes de riscos físicos e químicos a avaliação quantitativa para definição da salubridade ou insalubridade do ambiente.

A metodologia aplicada nesta consistiu em:

1. Visitar para avaliar, *in loco*, a estrutura física e organizacional da Unidade, as funções e rotinas de trabalho desempenhadas pelos servidores dessa unidade;



	Tipo do Documento	Código do documento	
	Laudo Técnico Individual – Luís Fernando Pita Gondim	Laudo julho/2016	
	Título do Documento	Revisão	Folha
	Hospital de Medicina Veterinária	01	13/18

2. Qualificar a insalubridade e/ou periculosidade, após a análise dos aspectos inerentes a cada ambiente AVALIADO e atividade realizada, observando:

- a) Contato com o agente nocivo à saúde;
- b) Regime de exposição não ocasional nem intermitente;
- c) Enquadramento legal da atividade ou operação insalubre ou periculosa.

VIII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

a) **Gestores:** é de responsabilidade dos Gestores informar à área de recursos humanos quando houver alteração dos riscos, que providenciará a adequação do valor do adicional, mediante elaboração de novo laudo.

b) **Servidores:** os Servidores que no desenvolvimento de suas atribuições estiverem em contato com os agentes insalubres ou desenvolverem atividades ou operações perigosas e que comprove a exposição em caráter habitual ou permanente farão jus, respectivamente, ao Adicional de Insalubridade, ou Periculosidade ou gratificação por trabalhos com Raios-X ou substâncias radioativas.



	Tipo do Documento Laudo Técnico Individual – Luís Fernando Pita Gondim	Código do documento Laudo julho/2016	
	Título do Documento Hospital de Medicina Veterinária	Revisão 01	Folha 14/18

c) **Recurso Humanos:** Cabe à unidade de recursos humanos da UFBA realizar a atualização permanente dos servidores que fazem jus aos adicionais no respectivo módulo do SIAPENet, conforme movimentação de pessoal, sendo também, de sua responsabilidade, proceder a suspensão do pagamento, mediante comunicação oficial ao servidor interessado.

Salvador, 04 de julho de 2016


Ana Lúcia P. de C. Ribeiro

Elaboração do Laudo
 Enga. de Seg. do trabalho
 SMURB/UFBA
 CREA 52289/D


Cláudia Maria do N. Mota Coimbra

Elaboração do Laudo
 Enga. de Seg. do trabalho
 SMURB/UFBA
 CREA 27808/D

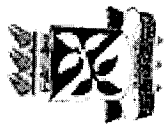

Ana Márcia Duarte Nunes Nascimento

Diretora SMURB/UFBA
 Ana Márcia Duarte Nunes
 SMURB / UFBA
 Diretora

	Tipo do Documento Laudo Técnico Individual – Luís Fernando Pita Gondim	Código do documento Laudo julho/2016	
	Título do Documento Hospital de Medicina Veterinária	Revisão 01	Folha 15/18

LAUDO




	Tipo do Documento		Código do documento	
	Laudo Técnico Individual – Luís Fernando Pita Gondim		Laudo julho/2016	
Título do Documento		Revisão	Folha	
Hospital de Medicina Veterinária		01	16/18	

SETOR AVALIADO

Laboratório de Análises Clínicas

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES: Luis Fernando Pita Gondim

FUNÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INSALUBRIDADE						PERICULOSIDADE									
		TIPO DE RISCO			AGENTE IDENTIFICADO	CVE-	LT-	GRAU			TIPO DE RISCO			GRAU			
		F	Q	B				NC	5% Min.	10% Méd.	20% Máx.	I	EE		RI	E	10% Único
Coordenador/ Docente	Supervisão de atividades	NA	NA	NA	-	-	-	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Enquadramento Legal	Nos termos da Orientação Normativa SEGEF Nº 6, de 18 de março de 2013 e das Normas regulamentadoras NR-15 e NR-16, não foram identificados agentes insalubres ou perigosos.																
OBSERVAÇÃO:																	
Medidas de controle a serem adotadas																	
- Manter o local bem ventilado. - Manter organização, limpeza e higiene do local. - Atendimento a NR-17(Ergonomia) - Atendimento a NR-23 (Proteção contra Incêndio)		- Utilização de EPI's (sapato fechado, luva, óculos de proteção, máscara, jaleco); - Exame médico periódico.															

LEGENDA

F – Físico
Q – Químico
B – Biológico
CVE – Concentração/Valor Encontrado

LT – Limite de Tolerância
I – Inflamáveis
EE – Energia Elétrica
RI – Radiações Ionizantes

NA – Não Aplicável
A- Aplicável
NC – Não Conclusivo
E-Explosivo

Data da Avaliação: 09/05/2016

Assinatura e carimbo:

Andréa Ribeiro
Eng.ª de Seg. do Trabalho
SMURB / UFPA

Cláudia Mota
Engenheira de Segurança do Trabalho
SMURB / UFPA

	Tipo do Documento		Código do documento	
	Laudo Técnico Individual – Luís Fernando Pita Gondim		Laudo julho/2016	
Título do Documento		Revisão	Pág.	
Hospital de Medicina Veterinária		01	17/18	

SETOR AVALIADO

Laboratório de diagnóstico das Parasitoses dos Animais/ Laboratório de Análises Clínicas/ Escola de Medicina Veterinária- Laboratório Multiuso 3

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES: Luís Fernando Pita Gondim

FUNÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INSALUBRIDADE										PERICULOSIDADE			
		TIPO DE RISCO			AGENTE IDENTIFICADO-	CVE-	LT-	GRAU			TIPO DE RISCO			GRA U	
		F	Q	B				NC	5% Mín.	10% Méd.	20% Máx.	I	EE		RI
Docente	Sorologia para Toxoplasma Gondii, Caniun e Sarcocysts Testes de biologia molecular usando tecidos animais. Exames imunohistoquímico. Exames microscópicos de Fezes.	NA	NA	A	Vírus e Bactérias	-		NA	NA	A	NA	NA	NA	NA	NA
	Orientação na execução de técnicas com materiais.														
	Aulas Práticas das disciplinas Patologia Clínica Veterinária e Prática Hospitalar I.														

Risco Biológico - Nos termos do ART. 12 e Anexo da Orientação Normativa SEGEF Nº 6, de 18 de março de 2013, que diz: Trabalho técnico habitual em laboratórios de análise clínica e histopatologia. Aplica-se somente aos técnicos que manipulam material biológico. É caracterizada Insalubridade de grau médio (10%), para risco biológico.

Mas, para o servidor fazer jus ao adicional de insalubridade requerido, deverá atender ao disposto no Art. 9º e 10º da Orientação Normativa SEGEF/MPOG Nº 6, de 18 de março de 2013, que versa sobre a exposição habitual e permanente.

OBSERVAÇÃO:

- Manter o local bem ventilado.
- Manter organização, limpeza e higiene do local.

Medidas de controle a serem adotadas

- Atendimento a NR-17(Ergonomia)
- Atendimento a NR-23 (Proteção contra Incêndio).
- Utilização de Equipamento de Proteção Individual – Luva, máscara, calçado de segurança, óculos de segurança, jaleco e touca.

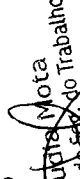
LEGENDA

F – Físico
Q – Químico
B – Biológico
C/VE – Concentração/Valor Encontrado

LT – Limite de Tolerância
I – Inflamáveis
EE – Energia Elétrica
RI – Radiações Ionizantes

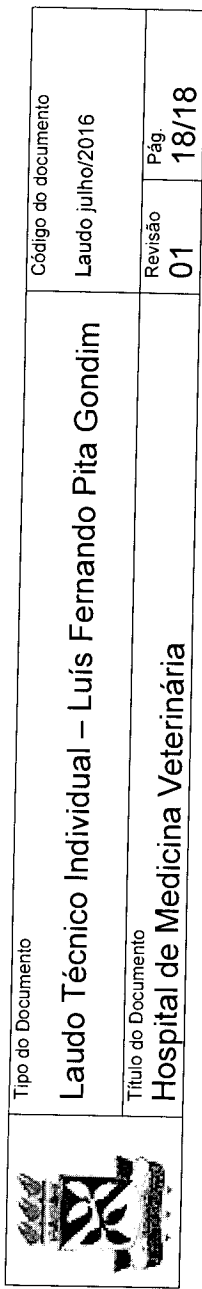
NA – Não Aplicável
A-Aplicável
NC – Não Conclusivo
E-Explosivo


Ana Lucia Ribeiro
Eng.ª de Segurança do Trabalho
SMUNB / UFPA


Claudia Mota
Engenheira de Segurança do Trabalho
SMUNB / UFPA

Data da Avaliação: 31/03/2015 e 09/05/2016

Assinatura e carimbo:



Laboratório de Cultivo Celular

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES: Luis Fernando Pita Gondin

[illegible][illegible]

LEGENDA

F – Físico	LT – Limite de Tolerância	NA – Não Aplicável
Q – Químico	I – Inflamáveis	A- Aplicável
B – Biológico	EE – Energia Elétrica	NC – Não Conclusivo
C/V/E – Concentração/Valor Encontrado	RI – Radiações Ionizantes	E-Explosivo

Assinatura e carimbo:

~~Cláudia Mota
Engenheira de P. do Trabalho
SPM/UFPA~~

Ana Clara Ribeiro
Eng.ª de Arquitetura e Urbanismo